CORREIO DO SERVIDOR

POR ANDRE SOUZA

Divulgação APEOESP

Professores devem participar de assembleia no Masp

Greve de professores em SP pressiona governo por reajuste

Professores da rede estadual de São Paulo iniciaram uma greve nesta quinta-feira(9) para pressionar o governo estadual por reajuste salarial e garantias de direitos, como melhores condições de trabalho e mudanças na carreira docente. A paralisação foi organizada pelo sindicato APEOESP e, no dia 10, uma assembleia na Avenida Paulista deve definir os próximos passos da mobilização. Entre as principais reivindicações estão o reajuste do piso nacional no salário-base, a revisão de normas avaliativas consideradas punitivas, a convocação de mais professores concursados e a correção de questões relacionadas à jornada de trabalho. A categoria também quer a retirada de um projeto de lei que afeta a administração da educação estadual.

Greve geral de servidores de Curitiba

Servidores públicos municipais de Curitiba/PR entraram em greve geral na quarta-feira(8) com forte adesão de áreas como educação, saúde, assistência social e fiscalização. Eles protestam por ampliação do vale-alimentação, fim do desconto de 14 % nas aposentadorias e pensões, plano de carreira abrangente e realização de concursos públicos para recompor o quadro de pessoal, pressionando a Prefeitura por respostas concretas.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Servidores da União tiveram Vale Ttransporte reajustado

Reajuste no Vale Transporte

O governo federal publicou decreto que eleva de R$ 17 para R$ 82,36 o teto diário da indenização de transporte paga a servidores do Poder Executivo que utilizam veículo próprio para atividades externas de serviço. O valor estava sem reajuste desde 1999 e foi atualizado com base na inflação acumulada no período. Segundo o governo, a medida busca recompor custos operacionais enfrentados pelos servidores. O benefício possui natureza indenizatória, não integra o salário e é pago apenas quando há deslocamento a trabalho.

Antecipação do pagamento no RJ

O governo do Rio de Janeiro divulgou novo calendário de pagamentos dos servidores estaduais para 2026, com datas antecipadas em relação ao limite tradicional do terceiro dia útil. O cronograma prevê depósitos logo no início de cada mês e inclui servidores ativos, aposentados e pensionistas. A primeira parcela do 13° salário será paga em 30 de junho, e a segunda, em 19 de dezembro.

Correios I

Cerca de 3.075 empregados dos Correios aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PDV), número que representa pouco mais de 30% da meta estipulada pela estatal. O prazo para adesão terminou no dia 7, após prorrogação. A empresa ainda deve consolidar o balanço final do programa.

Correios II

O PDV faz parte do plano de reestruturação dos Correios para reduzir despesas e ajustar o quadro de funcionários. A meta da empresa é alcançar até 10 mil desligamentos voluntários. Além da demissão voluntária, a estatal início o processo de otimização de rotas logísticas e de controle de produtividade.

Fim da greve I

As assembleias dos empregados da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) autorizaram, por maioria, a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026-2027. O acordo, fechado em conciliação no TST, prevê reajuste salarial e de benefícios de 100% do INPC e inclui 14 novas cláusulas sociais, mantendo as já vigentes.

Fim da greve II

No ACT 2026-2027 aprovado na quarta-feira(8), além de reajuste pelo INPC, as assembleias decidiram ajustes de redação na cláusula de carreira e compensação de dias parados. A empresa se comprometeu a divulgar em 10 dias a tabela do PCCS e vai recorrer de decisão da SEST que rejeitou o Plano, conforme registrado em ata.

Fim da greve III

A greve dos trabalhadores da Ebserh, iniciada no fim de março, pressionou a empresa por reajuste salarial e melhorias nas condições de trabalho. Após semanas de paralisação em diversos hospitais universitários de 15 estados, a mobilização resultou na aprovação do ACT 2026-2027, com reposição pelo INPC e novas cláusulas sociais.

Seleção no Inep

O Inep(Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), ligado ao MEC e responsável por avaliações como o Enem e censos escolares, abriu seleção para professores de cursos técnicos interessados em atuar como avaliadores. Inscrições vão até 12/abril.Aprovados recebem Auxílio de Avaliação Educacional (AAE).

Andressa Anholete/Agência Senado

Senadora Eliziane Gama relatou a PEC sobre punição a juízes

CCJ aprova PEC do fim da aposentadoria compulsória

Texto prevê a demissão como punição a magistrados criminosos

Da Redação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira(8) uma proposta de emenda à Constituição(PEC) que extingue a aposentadoria compulsória como punição disciplinar para juízes, desembargadores e membros do Ministério Público que cometerem crimes. O texto segue agora para análise do plenário da Casa. A proposta é de autoria do então senador Flávio Dino, atualmente ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), e foi aprovada em votação simbólica, sem contagem nominal de votos. O parecer foi apresentado pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA), que incorporou emendas ao texto original.

Pela nova redação, magistrados e integrantes do Ministério Público acusados de infrações passarão a responder a uma ação cível destinada a avaliar a conduta e decidir sobre eventual demissão. Durante esse período, que deverá ser iniciado em até 30 dias, o servidor ficará afastado do cargo e terá a remuneração suspensa.

Militares retirados

O texto inicial também previa a aplicação das mesmas regras a militares envolvidos em infrações. No entanto, após destaque apresentado pelo senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), os integrantes das Forças Armadas foram retirados do alcance da proposta.

Como funciona hoje?

Atualmente, a aposentadoria compulsória é uma das punições mais aplicadas a membros do Judiciário e do Ministério Público em processos disciplinares. Nesses casos, o agente público deixa o cargo, mas mantém o direito de receber proventos proporcionais ao tempo de serviço. Dados citados no debate indicam que juízes punidos dessa forma recebem, em média, R$ 54,4 mil mensais, enquanto apenas cerca de 1% das sanções resultam em demissão.

A justificativa da PEC sustenta que o modelo atual distorce o objetivo do benefício previdenciário. Segundo o texto, "a aposentadoria assume caráter de sanção, o que corresponde ao desvio de finalidade dessa espécie de benefício previdenciário que visa assegurar ao trabalhador condições dignas de vida quando não mais for possível o desenvolvimento de atividade laboral".

A proposta gerou reação de entidades representativas da magistratura e do Ministério Público, que demonstraram preocupação com possíveis impactos sobre a garantia constitucional da vitaliciedade — prerrogativa adquirida após dois anos de exercício no cargo. Se aprovada pelos senadores em plenário, a PEC ainda precisará passar pela Câmara antes de eventual promulgação.